



PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

007. PROVA OBJETIVA

ANALISTA TRIBUTÁRIO FINANCEIRO I

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **10**.

A nossa democracia é laica, mas nossas decisões políticas são tomadas sob a premissa de que Deus é – e sempre será – brasileiro. Queremos benefícios sem custos (e quem em sã consciência não quereria?).

Exigimos que seja assim. Os custos não de ser empurrados para algum momento indeterminado do futuro e cair sobre as costas de alguma entidade benévola não especificada, sem machucar ninguém. Algum dia alguém dá algum jeito e fica tudo certo. Deus resolve.

A maioria dos brasileiros concorda com o controle de preço do diesel, e quer ainda o controle de preço da gasolina e do gás natural. Só não aceita ter que pagar a conta. A Petrobras que tenha um prejuízo. E quem vai cobri-lo? O Tesouro, essa entidade superior e fonte de riquezas.

Não é um caso isolado. Todos pedem por mais gasto para suas causas e setores de preferência, sem nunca especificar quem vai ficar com a conta; essa fica para uma figura oculta, alguém com um bolso vasto e generoso. Há quem diga, inclusive, que o aumento de gastos vai aumentar a arrecadação; multiplicação milagrosa dos pães.

Essa é a lógica que governa o Brasil desde 1500, consagrada na Constituição de 1988, tão pródiga em direitos para todo mundo. O direito é a manifestação do *fiat** divino entre os homens: uma obrigação incondicional que a realidade – alguém – terá de dar algum jeito de cumprir.

O problema é que acabou o “milagre econômico” – um crescimento acelerado e sem causas conhecidas, que ocorre apesar de todas as deficiências e entraves, esses sim muito bem conhecidos. Deus parece ter conseguido o *green card*** e nos abandonou.

O que fazer? Uma alternativa é seguir confiando na intervenção divina até o fim, deixando o ajuste ao deus-dará. A corda estoura para o lado mais fraco, e voltamos ao caos primordial. A outra é ser impiedoso e olhar para a realidade com olhos de descrença.

Para que alguns continuem ganhando, pessoas de carne e osso terão que pagar. E aí sim poderemos responder à pergunta que o Brasil é mestre em evitar: quem?

O problema é que para as escamas caírem de nossos olhos também será necessário um milagre...

(Joel Pinheiro da Fonseca, *Folha de S.Paulo*, 12.06.2018. Adaptado)

**fiat*: do latim, faça-se, haja; referência à frase bíblica: “faça-se a luz”.

** *green card*: cartão de residência permanente nos EUA.

- 01.** Segundo o texto, a ideia contida na expressão “Deus resolve” corresponde à propensão dos brasileiros para
- (A) dedicar-se a combater excessos de despesas, evitando prejuízos indesejáveis.
 - (B) enfrentar problemas financeiros, mesmo que pareçam de difícil solução.
 - (C) ter os interesses atendidos, sem preocupação com as obrigações decorrentes.
 - (D) atribuir a outrem a responsabilidade pelo surgimento de problemas difíceis de resolver.
 - (E) apostar na intervenção de outros países no enfrentamento de questões socioeconômicas.
- 02.** O desenvolvimento das ideias do texto permite apontar, como um título que contraria a ideia de que “Deus resolve” e compatível com o ponto de vista do autor, a **negação** da seguinte máxima popular:
- (A) Deus é brasileiro.
 - (B) A esperança é a última que morre.
 - (C) Deus ajuda a quem cedo madruga.
 - (D) Devagar se vai ao longe.
 - (E) A voz do povo é a voz de Deus.
- 03.** Associando-se as afirmações contidas no penúltimo e no último parágrafo, é correto afirmar que, no último, o autor se vale de expressão em sentido
- (A) figurado, para defender a ideia de que é melhor ocultar o fato de que a conta de benefícios concedidos a uns poucos deva caber a muitos outros.
 - (B) figurado, para afirmar a descrença na possibilidade de o brasileiro conscientizar-se de que é inevitável a população arcar com o ônus de concessões feitas a alguns.
 - (C) figurado, para assegurar que o brasileiro precisa ver os efeitos de medidas econômicas tomadas sem amparo na constituição de 1988, contrariando, pois, direitos de todos.
 - (D) próprio, para levar o leitor a perceber que milagres econômicos não se repetem e que é preciso que o enfrentamento da realidade seja assumido sem medo.
 - (E) próprio, para contradizer a ideia de que o país atravessa uma fase de crise econômica, que o impede de ver as necessidades reais da parcela mais pobre da população.

04. Considere as expressões destacadas nas passagens:

- Exigimos que seja **assim**. (2º parágrafo) /
- ... **multiplicação milagrosa dos pães**. (4º parágrafo) /
- E **aí** sim... (penúltimo parágrafo)

Elas retomam, correta e respectivamente, as seguintes informações do texto:

- (A) • ... e quem em **sã** consciência não quereria? /
• ... essa fica para uma figura oculta, alguém com um bolso vasto e generoso. /
• Para que alguns continuem ganhando...
- (B) • Queremos benefícios sem custos... /
• ... o aumento de gastos vai aumentar a arrecadação... /
• ... pessoas de carne e osso terão que pagar.
- (C) • ... nossas decisões políticas são tomadas sob a premissa de que Deus é – e sempre será – brasileiro. /
• ... o aumento de gastos vai aumentar a arrecadação... /
• Para que alguns continuem ganhando.
- (D) • ... e quem em **sã** consciência não quereria? /
• Todos pedem por mais gasto para suas causas e setores de preferência...
• ... pessoas de carne e osso terão que pagar.
- (E) • Queremos benefícios sem custos... /
• Todos pedem por mais gasto para suas causas e setores de preferência... /
• ... poderemos responder à pergunta que o Brasil é mestre em evitar: quem?

05. No primeiro parágrafo, o emprego do travessão duplo e dos parênteses cumpre a finalidade de intercalar comentários do autor que expressam, respectivamente,

- (A) certeza e finalidade.
(B) possibilidade e incerteza.
(C) advertência e convicção.
(D) discordância e hipótese.
(E) convicção e suposição.

06. As expressões destacadas nas passagens – A nossa democracia é **laica** ... / ... Constituição de 1988, tão **pródiga** em direitos para todo mundo. – têm sentido, correta e respectivamente, de:

- (A) desvinculada do mundo profano / generosa.
(B) associada ao mundo civil / concentrada.
(C) consagrada à religiosidade / concessiva.
(D) independente de confissão religiosa / profusa.
(E) dependente de oligarquias / permissiva.

07. Assinale a alternativa que apresenta o verbo conjugado no modo subjuntivo, dando sequência correta à frase – Talvez ...

- (A) Deus resolvia.
(B) algum dia alguém dava um jeito.
(C) queiramos benefícios sem custos.
(D) a maioria dos brasileiros concorda.
(E) poderíamos responder à pergunta.

08. Assinale a alternativa redigida de acordo com a norma-padrão de concordância e de regência verbal.

- (A) Pode haver alguns brasileiros que discordem de que se devam controlar os preços do diesel.
(B) Duvida-se que hajam brasileiros que antipatize com a ideia de que se possa controlar os preços do diesel.
(C) Existe aqueles que não consentem de que se estabeleça regras para controle do preço do diesel.
(D) Mais de um brasileiro adere da ideia de haverem mecanismos de controle do preço do diesel.
(E) Ainda não se identificou brasileiros que se manifeste contra a ideia de controle dos preços do diesel.

09. Nas passagens – A nossa democracia é laica, (I) **mas** nossas decisões políticas são tomadas sob a premissa de que Deus é – e sempre será – brasileiro. / (II) **Para que** alguns continuem ganhando, pessoas de carne e osso terão que pagar.– as expressões destacadas estabelecem, entre as afirmações a que se vinculam, relações de sentido de

- (A) (I) adição, sendo possível sua substituição por **também**; (II) modo, sendo possível sua substituição por **mesmo que**.
(B) (I) conclusão, sendo possível sua substituição por **contanto que**; (II) finalidade, sendo possível sua substituição por **até que**.
(C) (I) alternância, sendo possível sua substituição por **ou**; (II) modo, sendo possível sua substituição por **de maneira que**.
(D) (I) explicação, sendo possível sua substituição por **pois**; (II) adição, sendo possível sua substituição por **também que**.
(E) (I) oposição, sendo possível sua substituição por **entretanto**; (II) finalidade, sendo possível sua substituição por **a fim de que**.

10. Assinale a alternativa que preenche as lacunas do trecho adaptado, de acordo com a norma-padrão de colocação de pronomes e de emprego do sinal de crase.

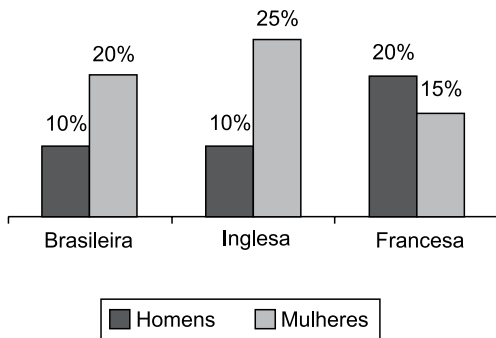
Nunca _____ de um caso isolado. _____ por mais gasto para causas e setores de preferência, sem nunca especificar _____ quem cabia a conta; essa ficava para uma figura oculta, alguém com um bolso vasto e generoso. Geralmente _____ que, com o aumento de gastos, _____ pretendida arrecadação.

- (A) se tratava ... Se pedia ... à ... acreditava-se ... se chegaria a
(B) tratava-se ... Pedia-se ... a ... se acreditava ... chegaria-se à
(C) tratava-se ... Se pedia ... à ... acreditava-se ... chegaria-se a
(D) se tratava ... Pedia-se ... a ... se acreditava ... se chegaria à
(E) se tratava ... Pedia-se ... a ... acreditava-se ... se chegaria a

11. Em junho deste ano, 1989 pessoas foram atendidas em certa secretaria municipal. Sabendo-se que, no referido mês, o número de atendimentos, nessa secretaria, foi 15% menor que o número de atendimentos realizados no mês imediatamente anterior, o número de pessoas atendidas nessa secretaria no mês de maio foi igual a
- (A) 2190.
 - (B) 2226.
 - (C) 2288.
 - (D) 2302.
 - (E) 2340.
12. Em um concurso público para cargos com graus de escolaridade de ensino médio completo e de ensino superior completo, a razão entre o número de candidatos que se inscreveram com somente o ensino médio completo e o número de candidatos que se inscreveram com o ensino superior completo foi igual a 0,4. No dia da prova, 7000 candidatos compareceram, sendo que foram constatadas as faltas de 8 candidatos com somente o ensino médio completo e de 20 candidatos com o ensino superior completo. Em se tratando dos candidatos inscritos, a diferença entre o número dos que tinham o ensino superior completo e o número dos que tinham somente o ensino médio completo é igual a
- (A) 2998.
 - (B) 3005.
 - (C) 3012.
 - (D) 3019.
 - (E) 3026.
13. Pretende-se dividir um total de R\$ 960,00, sendo R\$ 840,00 em cédulas de R\$ 20,00, e o restante, em cédulas de R\$ 10,00, em envelopes obedecendo aos seguintes critérios: (1) cada envelope deve conter, obrigatoriamente, x cédulas de R\$ 10,00 e y cédulas de R\$ 20,00; (2) o número de envelopes tem que ser o maior possível; e (3) todo o valor de R\$ 960,00 tem que ser distribuído nos envelopes. Nessas condições, o número de cédulas em cada envelope deverá ser igual a
- (A) 5.
 - (B) 6.
 - (C) 7.
 - (D) 8.
 - (E) 9.

14. A média das idades de 24 pessoas é de 46 anos. Ao acrescentar a idade de Carlos, a média das idades das 25 pessoas passa a ser de 45 anos. Se a pessoa mais nova desse grupo tem 20 anos, a diferença entre a idade de Carlos e a idade da pessoa mais nova desse grupo é igual a
- (A) 1 ano.
 - (B) 2 anos.
 - (C) 3 anos.
 - (D) 4 anos.
 - (E) 5 anos.

15. Considere o gráfico a seguir, que contém informações sobre a nacionalidade de um grupo de pessoas.



Com base nas informações apresentadas, assinale a alternativa que apresenta uma informação correta.

- (A) Metade do número de pessoas que têm nacionalidade brasileira é homem.
- (B) Menos de um terço do número de mulheres desse grupo tem nacionalidade inglesa.
- (C) Dos homens desse grupo, exatamente 20% são franceses.
- (D) Nesse grupo, há mais mulheres que homens.
- (E) Das pessoas com nacionalidade inglesa, exatamente 25% são mulheres.

16. De um valor V em reais, três quintos foram destinados ao pagamento de uma conta A; um valor R\$ 50,00 menor que a terça parte do que foi destinado ao pagamento da conta A foi destinado ao pagamento de uma conta B; o restante, R\$ 180,00, foi depositado em uma conta corrente. O valor destinado ao pagamento da conta B foi de:
- (A) R\$ 75,00.
 - (B) R\$ 80,00.
 - (C) R\$ 85,00.
 - (D) R\$ 90,00.
 - (E) R\$ 95,00.
17. Um terreno retangular de 8 mil metros quadrados de área tem a diferença entre as medidas dos seus lados igual a 20 metros. A razão entre as medidas do maior e do menor lado desse terreno é igual a
- (A) 1,10.
 - (B) 1,15.
 - (C) 1,20.
 - (D) 1,25.
 - (E) 1,30.
18. Cinco máquinas iguais, trabalhando juntas e em período ininterrupto, produzem certa quantidade de uma peça em 8 horas. Ao completar um quarto da produção, interrompeu-se o trabalho e decidiu-se colocar mais uma máquina em funcionamento, idêntica às anteriores, de modo a diminuir o tempo necessário para a produção daquela quantidade de peças. Reiniciada a produção, as seis máquinas completaram o trabalho. Desprezando-se o tempo em que as máquinas ficaram paradas na interrupção do trabalho, o tempo total utilizado para a produção daquela quantidade de peças foi:
- (A) 7 horas e 15 minutos.
 - (B) 7 horas e 00 minuto.
 - (C) 6 horas e 45 minutos.
 - (D) 6 horas e 30 minutos.
 - (E) 6 horas e 15 minutos.

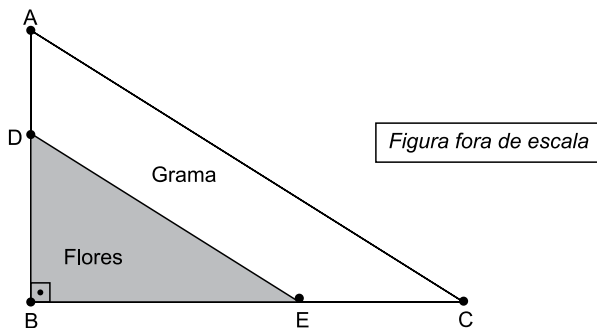
19. Uma revendedora de automóveis trabalha com veículos dos modelos A, B e C. Sabe-se que:

- o valor unitário de revenda do veículo de modelo A corresponde à metade da soma dos valores unitários de revenda dos veículos dos modelos B e C;
- o valor unitário de revenda do veículo de modelo B é o dobro do valor unitário de revenda do veículo de modelo C;
- a soma dos valores unitários de revenda desses três modelos de veículos é igual a R\$ 270 mil.

Dessa forma, o valor unitário de revenda do veículo A, em comparação ao valor unitário de revenda do veículo C, é

- (A) maior em R\$ 30 mil.
 (B) maior em R\$ 20 mil.
 (C) maior em R\$ 10 mil.
 (D) menor em R\$ 20 mil.
 (E) menor em R\$ 30 mil.

20. A figura representa um jardim no formato de triângulo retângulo ABC, reto em B, dividido em duas regiões: uma triangular BDE, com flores variadas, e outra em forma de trapézio ADEC, com grama.



Sabendo que as medidas dos lados DB, BC e AB são, respectivamente, 3, 10 e 7,5 metros, e que a divisória DE das regiões é paralela ao lado AC do jardim, o perímetro, em metros, da região com flores variadas, desse jardim, é igual a

- (A) 10.
 (B) 11.
 (C) 12.
 (D) 13.
 (E) 14.

21. Observe a imagem.



(Veja, 11.06.18. Disponível em: <<https://abr.ai/2tOFFn9>>. Adaptado)

O registro fotográfico, realizado no encontro do G7, que reúne as sete economias mais avançadas do mundo, evidencia o desacordo entre Merkel e Trump acerca

- (A) da relação do Ocidente com a Rússia.
- (B) da participação na guerra civil da Síria.
- (C) da posição em relação à questão Palestina.
- (D) do cenário de guerra comercial entre os países.
- (E) dos vínculos com a China na geopolítica internacional.

22. Tem causado forte polêmica nos Estados Unidos a recente determinação de “tolerância zero” aos imigrantes ilegais na fronteira com o México. As críticas à administração de Donald Trump foram geradas pelo fato de que crianças são separadas de seus pais ou tutores que tentam entrar ilegalmente no país.

(G1, 20.06.18. Disponível em: <<https://goo.gl/7uPeiC>>. Adaptado)

A separação descrita na notícia deve-se

- (A) à tentativa do governo dos EUA de expulsar prioritariamente as crianças e, com isso, impedir a formação de novas gerações de imigrantes clandestinos.
- (B) à obrigatoriedade legal de que todas as crianças que estão em solo norte-americano devem frequentar estabelecimentos escolares.
- (C) à política que estabelece que todo adulto que for pego atravessando a fronteira ilegalmente deve ficar detido, o que não é permitido às crianças.
- (D) à ação das forças de segurança norte-americanas com o objetivo de devolver os adultos aos países de origem, mas preservar o direito das crianças à imigração.
- (E) ao sucesso da política restritiva norte-americana que tem barrado os mais velhos, mas tem permitido a entrada de crianças e adolescentes.

23. A Câmara de Deputados aprovou nesta quinta-feira (14 de junho) um projeto de lei que prevê a legalização do aborto. O projeto passará agora ao Senado. O projeto de lei permite o aborto livre até a 14ª semana de gestação. Atualmente o aborto é permitido apenas em caso de estupro ou risco para a vida da mulher.

(G1, 14.06.18. Disponível em: <<https://goo.gl/wWkSRH>>. Adaptado)

A aprovação mencionada na notícia ocorreu

- (A) no Chile.
- (B) no Uruguai.
- (C) na Bolívia.
- (D) na Argentina.
- (E) no Peru.

24. O projeto de lei que modifica o registro de agrotóxicos foi aprovado essa semana numa comissão da Câmara de Deputados. A discussão se arrasta há meses. A bancada ruralista diz que é preciso modernizar a lei. Opositores dizem que, se a lei for aprovada, produtos que colocam a saúde em risco podem ser liberados.

(G1, 01.07.18. Disponível em: <<https://goo.gl/tFztEs>>. Adaptado)

Entre as mudanças sugeridas pelo projeto, é correto identificar a

- (A) centralização da liberação de novos produtos no Ministério da Agricultura, tirando poder decisório da Anvisa e do Ibama.
- (B) liberação de substâncias comprovadamente cancerígenas e atualmente proibidas para a utilização na agricultura.
- (C) alteração dos procedimentos necessários para a autorização de uso de produtos novos, retirando a exigência de licença prévia.
- (D) substituição do nome oficial “defensivo agrícola” pelo nome “agrotóxico”, com o objetivo de evidenciar a toxicidade dos produtos.
- (E) formação de um gabinete técnico composto por membros do Ministério da Saúde e da Agricultura para a autorização de agrotóxicos.

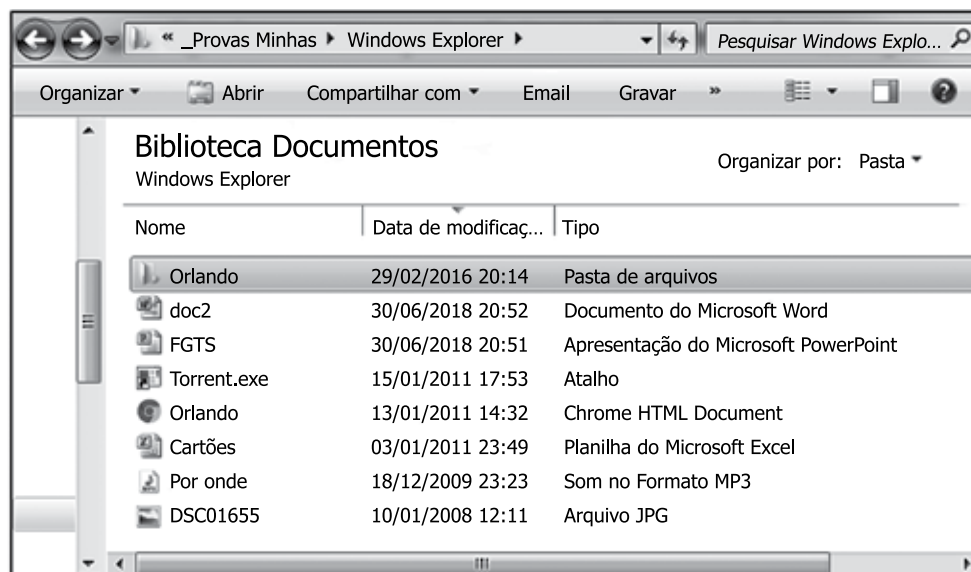
25. O Ministério do Interior da Rússia está avaliando a possibilidade de abrir um inquérito contra torcedores brasileiros que geraram polêmica na Copa do Mundo, num vídeo que difundiram pela internet.

(Jornal do Brasil, 20.06.18. Disponível em: <<https://bit.ly/2Md1R19>>. Adaptado)

Os torcedores brasileiros mencionados na notícia estão sendo acusados de

- (A) racismo.
- (B) sexismo.
- (C) xenofobia.
- (D) homofobia.
- (E) intolerância religiosa.

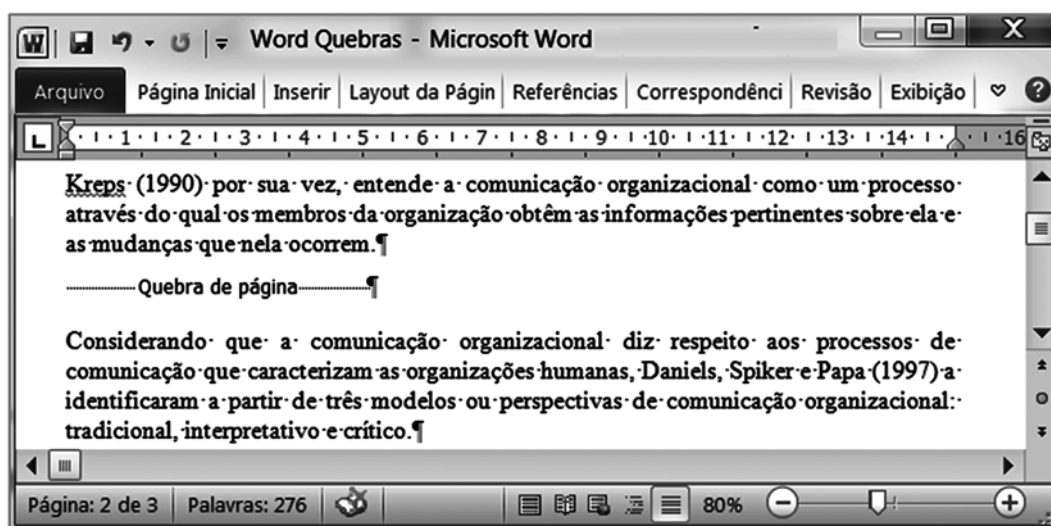
26. Observe a biblioteca Documentos de um computador instalado com o MS-Windows 7, na sua configuração padrão:



O comando de pesquisa tipo:=.pptx digitado no canto superior direito trará como resultado o(s) seguinte(s) objeto(s):

- (A) FGTS
- (B) DSC01655
- (C) doc2
- (D) Cartões
- (E) Orlando

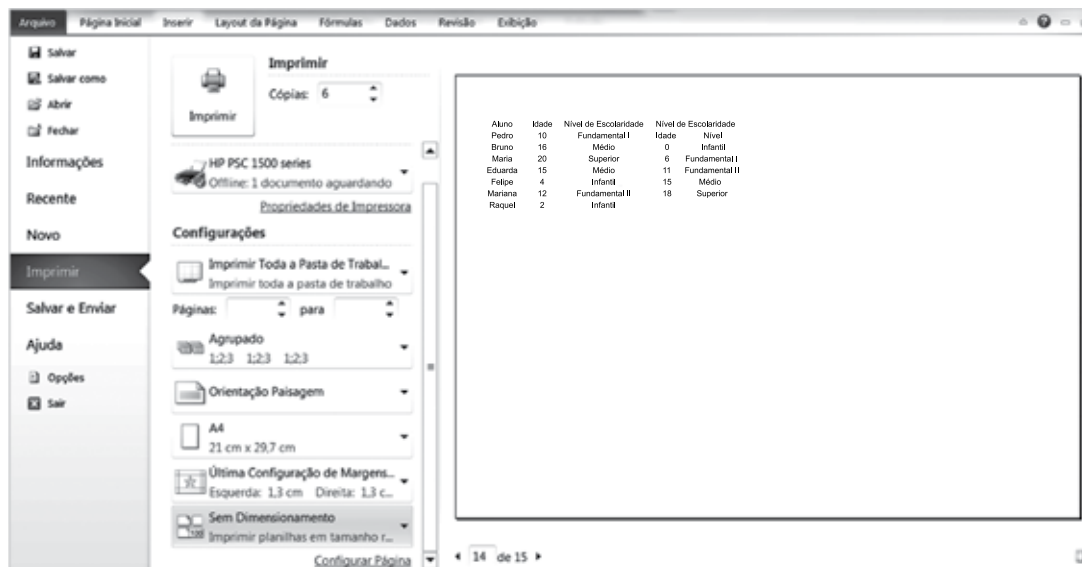
27. Observe o documento do MS-Word 2010, em sua configuração original, com as marcas de parágrafo e outros símbolos de formatação visíveis:



Assinale a alternativa que descreve a quebra aplicada no documento.

- (A) Separa o texto das legendas do corpo de texto.
- (B) Insere uma quebra de seção e inicia a nova seção na mesma página.
- (C) Inicia a próxima página logo após a quebra.
- (D) Insere uma quebra de seção e inicia a nova seção na próxima página com número par.
- (E) Insere uma quebra de seção e inicia a nova seção na próxima página com número ímpar.

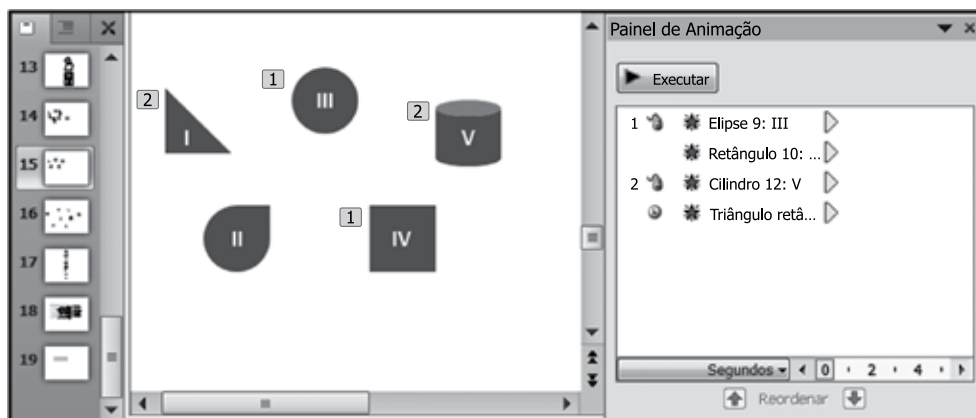
28. Considere o MS-Excel 2010, na sua configuração padrão, em modo de visualização de impressão:



Assinale a alternativa que contém a quantidade de folhas que serão impressas, assumindo que a impressora está alimentada com papel A4 (21 cm x 29,7 cm).

- (A) 1
- (B) 6
- (C) 14
- (D) 15
- (E) 90

29. Na figura a seguir, é apresentado o slide 15 com cinco figuras numeradas de I a V e o respectivo painel de animação do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração original.



Assinale a alternativa que apresenta o número da primeira figura que será exibida quando o slide entrar em modo de apresentação.

- (A) I
- (B) II
- (C) III
- (D) IV
- (E) V

30. Considere a barra de status do MS-Outlook 2010, na sua configuração padrão:



As 361 mensagens foram armazenadas em:

- (A) Itens recebidos.
- (B) Itens enviados.
- (C) Caixa de saída.
- (D) Caixa de entrada.
- (E) Rascunhos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO TRIBUTÁRIO

31. A respeito dos princípios gerais do sistema tributário, assinale a alternativa correta.
- (A) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.
 - (B) É vedado à administração tributária identificar o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
 - (C) As taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos.
 - (D) Cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
 - (E) Lei ordinária poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência.
32. A atividade de fiscalização tributária é bastante complexa e se trata de atividade administrativa vinculada, voltada à identificação dos sujeitos passivos, dos fatos tributáveis e dos aspectos quantitativos da obrigação tributária. A respeito da fiscalização tributária, com base no Código Tributário Nacional, é correto afirmar que
- (A) não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.
 - (B) é obrigatória a prestação de informações à fiscalização tributária mesmo quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.
 - (C) mediante solicitação, ainda que verbal, os bancos são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros.
 - (D) a formalização do início do procedimento fiscal mediante lavratura de termo é providência administrativa facultativa, podendo a fiscalização iniciar ação fiscal a qualquer momento, diante de flagrante de crime.
 - (E) não se aplicam às entidades que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal as regras relativas à fiscalização tributária previstas no Código Tributário Nacional, aplicando-se a elas regras específicas contidas no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.
33. O Código Tributário Nacional possui orientações precisas sobre a forma de interpretação das leis tributárias, as quais devem ser observadas pelos seus destinatários. Sobre esse assunto, é correto afirmar que
- (A) os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.
 - (B) a lei tributária pode alterar a definição de institutos de direito privado utilizados pela Lei Orgânica Municipal para definir ou limitar competências tributárias.
 - (C) se interpreta ampliativamente a legislação tributária que disponha sobre dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
 - (D) a lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao Fisco, em caso de dúvida quanto à capitulação legal do fato.
 - (E) o emprego da equidade poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
34. Sobre o imposto sobre serviços (ISS), é correto afirmar, com base na Lei Complementar nº 116/2003, que
- (A) tem como fato gerador a prestação de serviços apenas quando estes se constituam como atividade preponderante do prestador.
 - (B) o ISS não incide sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.
 - (C) o ISS não incide sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão.
 - (D) as alíquotas máximas e mínimas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza são respectivamente cinco por cento e um e meio por cento.
 - (E) se considera estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional.

35. Compreende-se por *vacatio legis*
- (A) a obrigatoriedade de cumprimento de determinada lei.
 - (B) o prazo de vigência de uma lei temporária.
 - (C) o tempo de vacância entre a data de publicação de determinada lei e sua efetiva vigência.
 - (D) a restauração de vigência de determinada lei, por ter a lei revogada perdido a vigência.
 - (E) a utilização da analogia, dos costumes e dos princípios gerais de direito em caso de omissão da lei.
36. Assinale a alternativa que representa hipótese de novação, no contexto do direito das obrigações.
- (A) O credor se recusa ao recebimento de determinado pagamento, sem justa causa.
 - (B) A pessoa obrigada por dois débitos indica a qual deles oferece pagamento.
 - (C) Em relação a uma mesma obrigação, mais de uma pessoa fica obrigada ao pagamento da totalidade da dívida.
 - (D) Novo devedor sucede ao antigo, ficando este quite com o credor.
 - (E) Duas pessoas tornam-se, ao mesmo tempo, credor e devedor uma da outra.
37. Assinale a alternativa correta sobre direito contratual, conforme matéria disposta no Código Civil de 2002.
- (A) Os vícios ou defeitos ocultos em determinado bem permitem sua devolução apenas se o vendedor conhecia o vício ou defeito da coisa.
 - (B) Concluído um contrato preliminar, em regra, uma das partes não poderá exigir a celebração do contrato definitivo.
 - (C) Nos contratos de adesão, são nulas de pleno direito as cláusulas ambíguas ou contraditórias.
 - (D) É ilícito às partes estipular contratos que não tenham regulamentação específica em lei.
 - (E) Compreende-se por evicção a perda da coisa pelo comprador, em razão de decisão favorável que atribua a terceira pessoa, que não o vendedor, a propriedade, posse ou uso do bem.

38. Em relação à sociedade limitada, é correto afirmar que
- (A) a assembleia será presidida e secretariada por sócios cuja competência foi atribuída no contrato social.
 - (B) se assegura aos sócios minoritários, que representarem pelo menos dois quintos do capital social, o direito de eleger, em conjunto, um dos membros do conselho fiscal e o respectivo suplente.
 - (C) se aplica à assembleia dos sócios, nos casos omissos no contrato, o disposto em lei no que se refere às reuniões.
 - (D) a aprovação, sem reserva, do balanço patrimonial e do de resultado econômico, salvo erro, dolo ou simulação, exonera de responsabilidade os membros da administração e, se houver, os do conselho fiscal.
 - (E) as atribuições e poderes conferidos pela lei ao conselho fiscal podem ser outorgados a outro órgão da sociedade, se contratualmente previsto, e a responsabilidade de seus membros obedece à regra que define a dos administradores.
39. O Código Civil dispõe sobre a atividade empresarial. Em relação ao empresário, assinale a alternativa correta.
- (A) O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária.
 - (B) O empresário rural e o pequeno empresário não gozam de tratamento diferenciado ou favorecido quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes.
 - (C) Caso o representante ou assistente do incapaz for pessoa que, por disposição de lei, não puder exercer atividade de empresário, poderá exercer a função de gerente em caráter excepcional.
 - (D) É opcional a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
 - (E) O Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais deverá registrar contratos ou alterações contratuais de sociedade que envolva sócio incapaz, independentemente do capital social estar totalmente integralizado.

40. Em relação ao nome empresarial, é correto afirmar que

- (A) prescreve em dois anos a ação anulatória da inscrição do nome empresarial feita com violação da lei ou do contrato.
- (B) a sociedade em que houver sócios de responsabilidade ilimitada operará sob firma ou denominação, sendo que, na primeira hipótese, é vedada a utilização da expressão “e companhia”.
- (C) a inscrição do empresário, ou dos atos constitutivos das pessoas jurídicas, ou as respectivas averbações, no registro próprio, asseguram o uso exclusivo do nome nos limites do respectivo Estado.
- (D) a omissão da palavra “limitada” determina a responsabilidade solidária e ilimitada dos sócios e dos administradores que assim empregarem a firma ou a denominação da sociedade, somente na hipótese de terem agido além dos limites estabelecidos em contrato social ou com desvio de finalidade, uma vez caracterizada a má-fé.
- (E) o empresário opera sob firma constituída por seu nome, completo ou abreviado, ou denominação, em que obrigatoriamente será aditada a designação precisa do gênero de atividade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

41. Conforme entendimento da doutrina administrativista pátria, o poder que permite à Administração Pública restringir, condicionar, impedir atividades e direitos de particulares visando à preservação dos interesses da coletividade é denominado poder

- (A) cautelar.
- (B) de polícia.
- (C) hierárquico.
- (D) disciplinar.
- (E) regulamentar.

42. A Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo abriu processo licitatório e, após a data da apresentação das propostas na licitação, ocorreu a extinção de tributo que acarretou comprovada repercussão nos preços contratados. Consequentemente, nos termos da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93), essa extinção de tributo

- (A) importará no reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial.
- (B) não autoriza a alteração dos preços contratados.
- (C) resultará na anulação do contrato, se já assinado.
- (D) redundará na reabertura da fase de apresentação de propostas.
- (E) implicará a revisão dos preços contratados.

43. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento

- (A) do serviço da dívida e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.
- (B) dos vencimentos e aposentadorias dos servidores públicos.
- (C) de fornecedores de bens essenciais ao funcionamento dos órgãos públicos.
- (D) de contratos de obras, bens e serviços adquiridos por meio de licitação.
- (E) de despesas obrigatórias de caráter continuado e as previstas na lei orçamentária.

DIREITO CONSTITUCIONAL

44. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios

- (A) estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.
- (B) instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, permitida, entretanto, distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, condicionada à denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
- (C) cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído, permitido se o regramento os houver aumentado.
- (D) instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, excetuadas suas fundações, as entidades sindicais dos trabalhadores e instituições de educação e de assistência social, atendidos os requisitos da lei.
- (E) instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, extensivo às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, desvinculados de suas finalidades essenciais ou das delas decorrentes.

45. Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, dentre outros, os seguintes princípios:

- (A) soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade, independência nacional e prevalência dos direitos humanos.
- (B) igualdade entre os Estados, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, repúdio ao terrorismo e ao racismo, e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- (C) livre concorrência e defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
- (D) promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (E) construção de uma sociedade livre, justa e solidária, garantia do desenvolvimento nacional, erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais.

DIREITO PENAL

46. Funcionário público que exige para si, diretamente, em razão da função, vantagem indevida pratica o crime de

- (A) concussão.
- (B) descaminho.
- (C) corrupção ativa.
- (D) corrupção passiva.
- (E) excesso de exação.

47. A Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 4.898/65) considera autoridade quem

- (A) exerce cargo público, de natureza civil ou militar, apenas.
- (B) exerce cargo ou função pública, de natureza militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração, apenas.
- (C) exerce cargo público, de natureza civil ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração, apenas.
- (D) exerce cargo, emprego ou função pública remunerados, de natureza civil ou militar, ainda que transitoriamente, apenas.
- (E) exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração.

48. Arceu era aposentado e tinha direito à isenção de 50% de alguns tributos incidentes sobre o imóvel onde residia com sua esposa, Maria, no Município de São Bernardo do Campo. No entanto, Arceu veio a falecer, deixando Maria viúva. Nessa situação, considerando o disposto na Lei Municipal nº 6.594/2017, e atendidas outras eventuais exigências legais, é correto afirmar que Maria

- (A) terá direito a 25% da isenção incidente sobre o imóvel, desde que não se case novamente e continue residindo no imóvel.
- (B) terá direito à isenção dos tributos incidentes sobre o imóvel, exceto com relação ao IPTU que era de direito apenas do proprietário original do imóvel.
- (C) não terá direito à continuidade do benefício da isenção, que é concedida tão somente aos aposentados, exceto se Maria também for aposentada.
- (D) não poderá desfrutar da isenção do imóvel, uma vez que a lei expressamente dispõe que o benefício em questão cessa com a morte do beneficiário.
- (E) continuará desfrutando do mesmo percentual de isenção incidente sobre o imóvel, desde que continue residindo no imóvel, se ainda em viuvez.

49. Nos termos do disposto na Lei nº 1.729/1968 (Estatuto do Servidor Público de São Bernardo do Campo), assinale a alternativa correta a respeito da função gratificada.

- (A) É instituída em lei para atender a encargos de chefia e outros que exijam a criação de cargos.
- (B) O funcionário afastado por motivo de doença profissional perderá o direito à gratificação.
- (C) Não perderá o direito à gratificação o funcionário que se ausentar, dentre outros, por férias, luto, casamento, licença-prêmio e júri.
- (D) O exercício da função gratificada, por pelo menos 10 anos, consecutivos ou não, dará direito ao funcionário de incorporar a gratificação de maior valor.
- (E) O funcionário que tiver incorporado gratificação em seus vencimentos não poderá recusar substituição para cargo de padrão inferior ou superior.

50. Um título de valor original V foi pago com n dias de atraso. Nos termos do contrato que gerou o título, prevê-se acréscimo de juros e multa calculados sobre V , conforme segue: i) juros simples de 0,1% por dia de atraso; ii) multa única de 1% (sobre V), independentemente do tempo de atraso. Após o acréscimo dos juros e da multa, verificou-se, no pagamento, que V cresceu 2,8%. Nesse caso, o tempo de atraso foi de

- (A) 9 dias.
- (B) 12 dias.
- (C) 14 dias.
- (D) 16 dias.
- (E) 18 dias.

51. O capital C deve ser aplicado por dois períodos de tempo à taxa percentual de juros compostos i por período. Para que o montante da aplicação ao final desses dois períodos fique 21% maior que o capital C , então a taxa de juros compostos i por período deve ser de

- (A) 1%.
- (B) 5%.
- (C) 9%.
- (D) 10%.
- (E) 12%.

52. Se um financiamento imobiliário no valor total de R\$ 24.000,00 for contratado para amortizações segundo o Sistema Francês ou Tabela Price em 60 prestações mensais, com taxa efetiva de juros compostos mensais de 1% ao mês, então a primeira prestação será de R\$ 534,00. Considere agora que esse mesmo financiamento seja contratado para ser amortizado segundo o Sistema de Amortização Misto – SAM (composição entre a Tabela Price e o Sistema de Amortização Constante). Nesse caso, o valor da amortização que compõe a primeira prestação calculada segundo o SAM será de

- (A) R\$ 307,00.
- (B) R\$ 347,00.
- (C) R\$ 361,00.
- (D) R\$ 390,00.
- (E) R\$ 399,00.

53. Um título de valor N será descontado 4 meses antes do vencimento à taxa de desconto simples de 3% ao mês. Considere V_r o valor líquido do resgate se a modalidade da operação for de *desconto racional*; e V_c o valor líquido do resgate se a modalidade da operação for de *desconto comercial*. Comparando os valores de V_r e V_c , assinale a alternativa que melhor representa a relação entre eles.

- (A) $V_c = 1,50 V_r$.
- (B) $V_c = 1,25 V_r$.
- (C) $V_c = 0,98 V_r$.
- (D) $V_c = 0,87 V_r$.
- (E) $V_c = 0,45 V_r$.

R A S C U N H O

FINANÇAS PÚBLICAS

54. De acordo com a regra de Ramsey, se o Governo pretende impor um imposto sobre vendas e deseja que esse imposto interfira o mínimo possível nas decisões dos agentes econômicos em relação à alocação de recursos antes de sua imposição, de forma a privilegiar o princípio da neutralidade, ele deve taxar mais fortemente os bens

- (A) de luxo.
- (B) cuja demanda seja mais inelástica.
- (C) de consumo durável.
- (D) substitutos.
- (E) que apresentem elasticidade unitária.

Utilize as informações a seguir para responder às questões de números 55 e 56.

As retas de demanda e oferta de um bem X em um mercado de concorrência perfeita são as seguintes:

$$Q_d = 16\,000 - 4P$$

$$Q_s = -2\,000 + 6P$$

O Governo decide intervir no mercado estabelecendo um imposto específico de 200 unidades monetárias sobre a venda do bem X.

55. A porcentagem do imposto específico que será paga pelos consumidores por cada unidade transacionada no mercado será de

- (A) 20%.
- (B) 30%.
- (C) 40%.
- (D) 50%.
- (E) 60%.

56. O valor do peso morto da tributação, em unidades monetárias, nesse mercado equivalerá a

- (A) 96 000.
- (B) 63 800.
- (C) 57 600.
- (D) 48 000.
- (E) 28 800.

57. Um imposto progressivo sobre a renda das pessoas físicas é definido como aquele que tem alíquotas crescentes à medida que o rendimento tributável do contribuinte aumenta. Ou seja, cada parcela da renda do cidadão é tributada com uma alíquota maior à medida que o rendimento aumenta. É o que mostra a seguinte tabela hipotética do imposto de renda das pessoas físicas, na qual *u.m.* significa a quantidade de unidades monetárias dos rendimentos tributáveis:

Rendimentos tributáveis	Alíquotas
Até 5000 <i>u.m.</i>	5%
de 5000,01 até 10000 <i>u.m.</i>	10%
mais que 10000 <i>u.m.</i>	20%

De acordo com essa tabela, um cidadão que tivesse um rendimento tributável de 15000 *u.m.* deveria pagar o tributo, em *u.m.*, equivalente a

- (A) 1650.
- (B) 1700.
- (C) 1750.
- (D) 1900.
- (E) 2000.

ECONOMIA

58. De acordo com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as Contas Nacionais do Brasil, em 2015, apresentaram, entre outros, os seguintes dados, em R\$ 1 milhão, avaliados a preços de mercado:

Formação Bruta de Capital Fixo	1069397
Produto Interno Bruto	5995787
Exportações de Bens e Serviços	773468
Importações de Bens e Serviços	842614
Variação negativa de estoques	25433

Portanto, a Despesa de Consumo Final correspondeu naquele ano, em milhões de reais, a

- (A) 4970103.
- (B) 4995536.
- (C) 5020969.
- (D) 5046402.
- (E) 5071835.

- 59.** Em relação ao valor do multiplicador dos meios de pagamento, é correto afirmar que seu valor aumenta quando
- (A) a proporção dos depósitos à vista em relação aos meios de pagamento diminui.
 - (B) a base monetária aumenta.
 - (C) o Governo aumenta a taxa dos depósitos compulsórios.
 - (D) o Governo aumenta os impostos e mantém seus gastos constantes.
 - (E) a relação encaixes bancários/depósitos à vista nos bancos comerciais diminui.
- 60.** Suponha uma economia aberta que não opõe qualquer restrição a entrada e saída de capitais externos e internos (perfeita mobilidade de capitais). Se o Governo resgatar títulos de sua dívida que estejam em poder do público,
- (A) a renda real dessa economia tenderá a aumentar, caso as taxas de câmbio sejam flutuantes.
 - (B) a taxa de juros interna tenderá a diminuir em relação à internacional, caso as taxas de câmbio sejam fixas.
 - (C) a renda real dessa economia, a médio prazo, ficará a mesma, qualquer que seja o sistema adotado para as taxas de câmbio.
 - (D) o saldo da Balança Comercial desse país diminuirá.
 - (E) a taxa de juros interna tenderá a aumentar em relação à internacional, caso as taxas de câmbio sejam flutuantes.

